



REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

**ATA DA REUNIÃO CONJUNTA
DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE
- PALESTRA SOBRE MACROZONEAMENTO -
14 de abril de 2010**

1 No décimo quarto dia de abril de dois mil e dez reuniram-se as Câmaras Comunitárias do
2 Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Joinville, Conselho da Cidade, às dezessete
3 horas, no Auditório da Amunesc – Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina,
4 à rua Max Colin, 1.843, centro da cidade de Joinville, SC, a convite do Presidente do
5 Conselho da Cidade, Luiz Alberto de Souza, e conforme solicitado por algumas Câmaras
6 Comunitárias Setoriais, para uma palestra sobre o Macrozoneamento Urbano e
7 Macrozoneamento Rural no município. Dando início à reunião, Luiz Alberto fez uma breve
8 introdução sobre o macrozoneamento na cidade de Joinville. Explicou que a Lei de
9 Estruturação Territorial, que está em pauta na cidade e trata de assuntos bastante
10 relevantes e que norteiam o futuro do nosso município, é fruto do Plano Diretor, e este é
11 consequência de um longo processo democrático. Disse que nunca se debateu tanto nessa
12 cidade, e que o Conselho da Cidade foi criado justamente para que essas polêmicas sejam
13 aqui a caixa de ressonância da sociedade, e que possam na Câmara de Vereadores ter sua
14 tramitação. Em seguida o presidente passou a palavra ao arquiteto Gilberto Lessa dos
15 Santos, Gerente de Planejamento da Fundação Ippuj e também membro do Conselho da
16 Cidade. No início da apresentação Gilberto falou sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento
17 Sustentável do Município de Joinville, criado pela Lei Complementar nº 261/2008, e que
18 determina a criação de Lei Complementar para regulamentar a estruturação territorial no
19 município de Joinville. Essa Lei Complementar de Estruturação Territorial é o primeiro dos
20 instrumentos de controle urbanístico previstos no Plano Diretor, e estabelece o
21 macrozoneamento urbano e o macrozoneamento rural em Joinville. O Plano Diretor já traz
22 em seu texto a relação das diversas zonas nas quais o município se dividiria, e em forma de
23 manchas, ou macrozonas, estabeleceu cada uma dessas áreas, tanto rural quanto urbana. A
24 Lei de Estruturação Territorial é uma lei descritiva que, de uma forma mais clara, descreve
25 os perímetros dessas zonas que já haviam sido discutidas e aprovadas durante a fase de
26 elaboração do Plano Diretor. Em seguida Gilberto apresentou mapas, com fotos de satélite,
27 que mostram o Município de Joinville e os municípios vizinhos, e começou a apresentar as
28 macrozonas rurais, ou seja, as áreas rurais do município: ARUC-PL, Área de Utilização
29 Controlada do Planalto (Estrada do Rio do Júlio); ARPA-MN, Área de Proteção dos
30 Mananciais (Piraí); ARPA-EN, Área de Proteção da Encosta da Serra do Mar (Vila Nova);
31 ARUC-MN 01, Área de Utilização Controlada dos Mananciais (Estrada do Morro); ARUC-PN,
32 Área de Utilização Controlada de Planícies (Morro do Meio); ARUC-MN 02, Área de
33 Utilização Controlada dos Mananciais (Estrada Arataca); ARPA-MG, Área de Proteção dos
34 Mangues (Ilha da Vaca, Caieiras). Neste momento Gilberto esclareceu que mangue é área
35 de preservação conforme lei federal, que já as define e protege, e portanto não se faz
36 necessário, nesse momento, mapear no detalhe todas essas áreas, sendo destacadas no
37 mapa apenas as áreas mais extensas de mangue. Na continuação, Gilberto apresentou a
38 ARUC-PC, Área de Utilização Controlada da Planície Costeira (Espinheiros), uma região
39 próxima ao aeroporto, onde há áreas de mangue, protegidas por lei federal, mas também
40 áreas secas, onde se vê a possibilidade de atividade rural, exceto nas APP (Áreas de
41 Proteção Permanente). Falou também sobre a região dos Espinheiros, e que grande parte

1
L
Rodrigo



REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

42 dessa área está no perímetro urbano, que está encolhendo e se restringindo à área já
43 ocupada, e que o restante da área está sendo transformada numa área rural de uso
44 controlado. Em seguida Gilberto apresentou um mapa onde aparecem todas as macrozonas,
45 e explicou que essas macrozonas servirão de base para a definição da Lei de Ordenamento
46 Territorial, a próxima que deverá ser feita. Esclareceu que nesse momento não se fala sobre
47 os possíveis usos ou modos de parcelamento do solo, e que essas questões serão tratadas
48 na elaboração da próxima lei. Ao ser questionado sobre as ARTs, Gilberto falou sobre as
49 Áreas Rurais de Transição Residencial, que são áreas rurais nas quais se começa a pensar
50 em usos compatíveis com a atividade rural, com taxas de ocupação baixíssimas e sem
51 parcelamentos para fins de loteamento, para manter os índices de área rural; disse que os
52 parâmetros estão ainda em discussão, mas que esse assunto não faz parte da Lei de
53 Estruturação Territorial em questão. Gilberto comentou que o Plano Diretor foi construído
54 dessa forma, dividido em etapas, para que se possa tratar dessas questões, que são sempre
55 polêmicas, com o tempo. Disse que se fosse lançada uma lei de Ordenamento e
56 Estruturação Territorial provavelmente iria acontecer o que aconteceu com a Lei 27, que
57 ficou dez anos sem ser aprovada. "Então entendemos que o melhor, no Plano Diretor, seria
58 dividir o Plano em etapas, e com o tempo ir cumprindo essas etapas. Claro que a visão do
59 todo tem que acontecer, pois não podemos pensar em planejamento de uma forma
60 fracionada, sem ligação com todas as questões de planejamento", disse Gilberto.
61 Prosseguindo em sua apresentação, mostrou as Áreas Rurais de Transição: ART-R, Áreas
62 Rurais de Transição Residencial (Estrada Mildau, Estrada da Ilha, Estrada Comprida); ART-
63 I, Áreas Rurais de Transição Industrial (ART-I Norte, ART-I Sul); e ART-E, Áreas Rurais de
64 Transição Especial, e com isso finalizou a apresentação sobre o macrozoneamento da área
65 rural. Gilberto passou em seguida a apresentar o macrozoneamento da área urbana, e
66 mostrou no mapa: AUPA, Área Urbana de Proteção Ambiental; AUAP - Área Urbana de
67 Adensamento Prioritário; AUAS - Área Urbana de Adensamento Secundário; AUAE - Área
68 Urbana de Adensamento Especial; e AUAC - Área Urbana de Adensamento Controlado,
69 fechando assim o macrozoneamento urbano. Gilberto comentou que dentro do
70 macrozoneamento é possível estabelecer setores especiais, como os que temos hoje, onde
71 não se queira uma ocupação de maior intensidade, em que o padrão de ocupação seja
72 diferenciado, e que isso poderia servir até como instrumento para a aplicação do IPTU
73 progressivo, por exemplo; disse ainda que, apesar de ter feito alguns comentários sobre os
74 possíveis usos para as diversas áreas, é importante que fique claro que essa questão dos
75 usos não faz parte da Lei de Estruturação Territorial, mas sim da próxima lei que está sendo
76 elaborada, a Lei de Ordenamento Territorial. Gilberto também comentou que fazer uma
77 descrição não é muito fácil, porque é necessário considerar os elementos existentes e as
78 curvas de nível, por exemplo, e isso é muito trabalhoso. Esse trabalho foi feito pela
79 Fundação Ippuj, encaminhado à Câmara de Vereadores, onde agora está em discussão.
80 Terminada a apresentação, foi aberta a palavra aos conselheiros. A conselheira Lourdes
81 Thomé perguntou sobre a questão dos bolsões urbanos nas áreas de preservação, e o
82 presidente Luiz Alberto explicou que esses bolsões ficarão como estão, exceção feita às
83 áreas de risco. Aproveitou para explicar também que anteriormente se dividia as áreas como
84 área urbana e área rural; com a evolução do planejamento, contudo, e na elaboração do
85 Plano Diretor, foram definidas as macrozonas. Não se deixou de ter a área rural e a área
86 urbana, mas dentro da área rural há especificidades, há questões de topografia, topologia,
87 ipsometria e vários elementos naturais que caracterizam uma determinada região, como
88 mangue, nascente ou encosta, por exemplo. Existem ocupações dentro da área rural,
89 algumas residenciais, outras com atividade comercial. Há a industrialização de compotas, ou



REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

90 de produtos orgânicos e flores; essas atividades deverão ser regulamentadas, mas isso é na
91 lei seguinte. É importante que fique bem claro neste debate que a Lei de Estruturação
92 Territorial é fruto de um processo democrático, e foi aprovada pelo Plano Diretor, tanto no
93 debate sob o ponto de vista técnico quanto no legislativo, e que esse é o nosso
94 planejamento para a cidade de Joinville para os próximos vinte anos. Disse que o
95 planejamento a curto prazo serve para algumas questões, o de médio para outras e o de
96 longo prazo para outras. Planejar é complicado porque essa não é uma ciência exata; está
97 sujeito a muitas variáveis, como questões sociais e econômicas, e um fato pode
98 descaracterizar uma região. Comentou sobre os casos da instalação na cidade de diversos
99 empreendimentos, como o Joinville Garten Shopping, a UFSC, a GM e a PUC, para os quais
100 não havia previsão até pouco tempo atrás, mas que a lei foi alterada e possibilitou essas
101 instalações. Luiz Alberto falou também sobre a questão ambiental. Disse que a
102 representação de todos os morros e mangues não se faz em escala de macrozoneamento, e
103 sim no zoneamento, ou seja, na Lei de Ordenamento Territorial, onde serão mapeados
104 afastamento de rio, mata ciliar, e tudo que deve ser respeitado. Hoje, na área urbana, já
105 existem vários pontos verdes, que estão protegidos por lei municipal, estadual ou federal, e
106 mesmo estando em área urbana devem ser observados. Na área rural, da mesma forma,
107 tudo que for referente ao código florestal federal ou estadual, ou à lei municipal, como os
108 planos de manejo do Boa Vista e da APA Dona Francisca, por exemplo, deverão ser
109 cumpridos, pois o que estabelecem deverá se tornar lei. Mas reforçou que isso não é
110 macrozoneamento. Quando antes havia somente duas macrozonas, a urbana e a rural, a
111 Prefeitura cuidava da área urbana e o Incra da área rural. À área rural não se dava
112 importância, nem aparecia nos Planos Diretores, e por isso ocorreram muitas invasões, pois
113 não havia fiscalização. Hoje queremos dar um passo adiante. Houve um processo de
114 discussão que durou anos, e que resultou no Plano Diretor, que só tem dois anos, e que
115 define todas essas macrozonas. O trabalho que o Ippuj teve agora foi pegar o mapa, que já
116 estava na Câmara de Vereadores desde dois mil e oito, e fazer a descrição
117 georreferenciada, geográfica e topográfica. Essa descrição precisa estar em lei, os limites
118 das macrozonas precisam estar descritos. No passo seguinte virá a descrição das zonas, a
119 Lei de Ordenamento que, irá descrever o que pode ser feito nessas macrozonas. A
120 Fundema, a Fundação Vinte e Cinco de Julho, e a Promotur, que cuidam mais da área rural,
121 vão opinar sobre que usos e que parâmetros julgam que devem ser utilizados nessas
122 diversas macrozonas da área rural; isso vai ser formatado em lei, tramitará no Conselho da
123 Cidade, e irá para a Câmara de Vereadores. Esse debate será minucioso, lote a lote. A Lei
124 de Zoneamento é na lupa, e "as pessoas vão pegar a lupa e ver onde é o meu terreno ou o
125 terreno do meu cliente, e o que é que a Prefeitura está propondo que pode ou não ali."
126 Talvez sejam necessários um, dois, ou até três anos até que tudo seja definido,
127 principalmente porque envolvem os interesses de cidadãos, comunidades, regiões. O que
128 nós defendemos aqui é a construção de um processo de planejamento, disse Luiz Alberto, e
129 um processo pode ter falhas, e há debate, argumentações e votação. E há quem perde e
130 quem ganha, e às vezes uma vitória não leva a nada. Cada um tem uma visão de cidade, e
131 são esses embates sobre a cidade que estamos discutindo hoje. Como é a cidade que
132 queremos? É uma cidade com muitos prédios verticais? Para quem é essa cidade? É para
133 uma classe mais ou menos desprovida? É para carros, para pedestres ou para quem anda
134 de ônibus? Luiz Alberto lembrou como foi difícil, por exemplo, colocar uma faixa exclusiva de
135 ônibus em Joinville, pois a polêmica foi parar na Justiça, e comentou que tem a consciência
136 do quanto é difícil, mas que respeita as opiniões e deseja que sempre se façam os debates
137 de forma democrática. Lembrou que essa Lei de Estruturação Territorial deu entrada na

1
3
Rady



REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

138 Câmara de Vereadores em setembro de dois mil e oito, seis meses depois da aprovação do
139 Plano Diretor, e que nada foi mudado. Disse ainda que se hoje, dois anos depois, por algum
140 motivo alguém discorda do que está definido nessa lei, e deseja rediscutir a questão, isso
141 poderá ser feito, mas o que estará sendo rediscutido será o processo democrático em si,
142 pois consideraremos inválido todo o processo que foi definido há dois anos atrás. Devemos
143 lembrar que não são apenas discussões técnicas que estão em pauta, e daqui a dois anos
144 alguém pode fazer o mesmo que nós decidimos hoje, porque o processo pode demorar
145 algum tempo na Câmara de Vereadores, e quando for finalmente colocado em pauta, talvez
146 os interesses já tenham mudado. Essa questão é delicada. Não queremos dizer que o que
147 estiver errado deve ser defendido até o final, mas queremos que o debate tenha bastante
148 serenidade e seriedade. O que está na Lei de Estruturação Territorial não gera direitos para
149 ninguém e não foi inventado hoje. Se forem feitas modificações estas deverão acontecer na
150 Câmara de Vereadores, por iniciativa deles. Disse que o Prefeito Carlito Merss já tomou a
151 decisão de respeitar o processo, e que se for reaberta a questão, todos os prazos previstos
152 pelo Plano Diretor serão “empurrados para frente”. A Fundação Ippuj tinha a expectativa de
153 enviar a Lei de Ordenamento Territorial para a Câmara de Vereadores até julho de dois mil e
154 dez, mas esse prazo já está comprometido, pois a Lei de Estruturação Territorial deve ser
155 aprovada primeiro, uma depende da outra. Luiz Alberto falou que a apresentação feita nesta
156 reunião tem o objetivo de facilitar a abordagem do assunto nas Câmaras Comunitárias
157 Setoriais, pois alguns dominam mais a matéria, mas outros não; disse ainda que essa
158 mesma apresentação já foi feita para a Câmara de Vereadores. Explicou também que a
159 única alteração que houve no documento que foi enviado à Câmara de Vereadores em dois
160 mil e oito foi quanto à ausência da descrição das macrozonas urbanas – havia o mapa, mas
161 não essa descrição, e em dois mil e nove o processo foi retirado da Câmara e re-enviado
162 nesse mesmo ano com a descrição também das macrozonas urbanas. O conselheiro Arno
163 Kumlehn, ao fazer uso da palavra, questionou sobre a diminuição ou congelamento do
164 perímetro urbano, previsto no Plano Diretor, e Gilberto Lessa explicou que há algumas áreas
165 em que o perímetro urbano aumentou e outras em que diminuiu, mas que no cômputo geral
166 a diferença ficou muito próxima de zero. Para Arno, a Lei do Plano Diretor deveria ser
167 revista, principalmente quanto às áreas estratégicas de sustentabilidade. Disse questionar
168 também a Lei 10257 que, a seu ver, tem um conceito de interpretação errada da
169 Constituição Federal. Para ele as áreas frágeis referentes à sustentabilidade coletiva estão
170 mal representadas nas macrozonas, e esta é uma questão conceitual que deve ser
171 discutida, e disse ainda que participou das oficinas e discussões do Plano Diretor, e afirmou
172 que muito do que foi discutido lá foi alterado. O presidente Luiz Alberto disse que o debate
173 que está sendo suscitado é o mesmo que aconteceu no ano passado, sobre o Conselho da
174 Cidade. Disse não ter participado do Plano Diretor de Joinville, e que por isso seria muito
175 fácil dizer que está tudo errado, mudar e fazer de outro jeito. Disse achar louvável e
176 importante que tenham pessoas que estudem as leis e queiram contribuir com a cidade, mas
177 há muitos interesses envolvidos. Nós defendemos o processo, e se houver novo debate será
178 na Câmara de Vereadores, às claras. O Conselho da Cidade não será usado como massa
179 de manobra para atender a interesses que não fiquem claros. Esse mesmo discurso de que
180 “eu estive lá, eu participei”, foi usado para tentar barrar a instalação do Conselho da Cidade,
181 dizendo que “não era nada daquilo, que não tinha sido daquele jeito, que aquilo contrariava
182 o Estatuto da Cidade...” e envolveu até o Ministério Público, e enchemos caixas e caixas de
183 atas e outros documentos, enviamos para o Ministério Público que ratificou que estava tudo
184 correto. Podemos fazer tudo isso de novo, estamos preparados para isso. É muito mais fácil
185 dizer “eu não concordo com isso”. Muitas pessoas, se tivessem a oportunidade de redefinir



REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

186 as macrozonas, fariam diferente, porque cada arquiteto, urbanista ou cidadão comum tem
187 uma visão de cidade. Luiz Alberto reiterou que as nomenclaturas dadas às áreas não estão
188 em discussão, pois isso já está na lei do Plano Diretor, e não pode ser diferente agora.
189 Lembrou que o pano de fundo de toda essa discussão é a democracia. É a questão política.
190 É como a gente fortalece os processos democráticos, de tomada de decisão, se
191 fortalecemos a participação popular ou não. Se a cada virada de ano os interesses mudarem
192 e quisermos virar a mesa, isso até pode acontecer, pois talvez a democracia não esteja
193 madura ainda para nós. Nós defendemos o processo democrático. E tudo vai passar pelo
194 Conselho da Cidade e pela Câmara de Vereadores, e serão feitas conferências e audiências
195 públicas. O conselheiro Luiz Antônio Luz Constante comentou que Joinville tem dado uma
196 lição para outros municípios, pois já conseguiu sair do papel, já produziu algo no processo
197 em benefício da cidade. Todos que participaram da discussão sabem que se deve pensar
198 uma cidade para muitos anos à frente, até cinquenta anos, se possível. Quanto à questão de
199 área rural e área urbana, os conceitos são muito antigos, e não precisaríamos ter mudado o
200 Plano Diretor se continuássemos fixos nessas divisas. Disse que hoje, com o Estatuto da
201 Cidade, já está a cargo do município legislar e estabelecer o processo de planejamento
202 também na sua zona rural, e que precisamos repensar o conceito; todos aprendemos aquela
203 visão de que na área rural é o Incra que resolve os problemas e na área urbana o Município
204 é quem resolve. Só que disso resultaram todos esses "inchaços" que tivemos na área
205 urbana, e todos esses problemas, como o dos inúmeros bolsões de ocupação irregular
206 dentro da zona rural, e também dentro da zona urbana, em virtude da incapacidade ou da
207 falta de esforço para que se tenha propostas para resolver essas questões. Lembrou que
208 também houve polêmica quando foram propostas as zonas de transição, nas oficinas do
209 Plano Diretor, e que após um mês de discussão essa questão foi votada, aprovada e
210 colocada no Plano Diretor. Reiterou que essas áreas de transição não serão uma porta para
211 a expansão urbana se conseguirmos capacitar a zona urbana para que consiga conter o seu
212 desenvolvimento dentro da zona urbana. Se continuarmos ocupando a zona urbana do jeito
213 que estamos fazendo, vai continuar havendo o avanço na zona rural, e nem só na zona de
214 transição que a gente está propondo, mas irá para as ARUC, APP, vai tomar tudo. Vai da
215 nossa capacidade, no momento em que estivermos debatendo o Ordenamento Territorial, de
216 criar as alternativas para que o desenvolvimento urbano se dê dentro do perímetro urbano.
217 Porque se a gente não conseguir, se a gente ficar preso a uma conceituação de que temos
218 que reservar muitas áreas para algumas pessoas ou alguns grupos de pessoas, fatalmente
219 aquelas pessoas que não tem acesso vão se deslocar para a zona urbana, com área de
220 transição ou não, que é o que hoje acontece. A proposta da área de transição é uma
221 oportunidade para você ver se é razoável se ter um imóvel que é intermediário entre a área
222 urbana e a rural, talvez com uma indicação de zona industrial. A questão de que a zona rural
223 não seja invadida desordenadamente acontecerá na discussão do ordenamento territorial da
224 zona urbana. O conselheiro Arno comentou sobre uma nova visão de zoneamento, a de
225 área artificial urbana e rural, e área natural. A artificial envolve as áreas rural e urbana, nas
226 quais o homem "mete a mão", que servem para nossa sustentabilidade e tem infraestrutura.
227 A natural, considerada estratégica, é aquela da qual dependeremos de cinco a cinquenta
228 anos em diante, e fundamental ao nosso sustento a longo prazo. Em seguida o arquiteto
229 Sérgio Gollnick comentou que o Plano Diretor é, talvez, o mais importante documento para o
230 futuro da cidade, pois estabelece regras de convívio quanto à ocupação do espaço urbano.
231 Disse também que a discussão sobre o Plano Diretor não foi baseada em um mapa da
232 cidade, e que os conceitos e diretrizes para a ocupação da cidade foram discutidos com
233 base no conhecimento, na experiência, e num outro plano diretor que servia como

5
Rafael



REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

234 referência. Disse que é muito importante haver um nivelamento para entender o que significa
235 cada uma dessas siglas que estão no mapa, e saber se o mapa apresenta realmente os
236 conceitos. Gollnick disse considerar importante essa discussão, e questiona a proximidade
237 entre os conceitos e a formatação final do mapa, e afirmou que há divergências. Disse ainda
238 que a idéia de uma área de transição surgiu como uma proposta do Ippuj, e não dos
239 delegados, e que o Ippuj ficou responsável em produzir um documento com as disposições
240 finais, após a última audiência e votação, para que os delegados tivessem ao seu dispor
241 esse resumo, mas que isso não aconteceu. Falou também que houve discrepância entre os
242 mapas apresentados na Comissão de Urbanismo da Câmara de Vereadores, pois foram
243 enviados cinco mapas que não coincidiam entre si, e que pesquisou no *site* do Ippuj, hoje
244 mesmo e, se não se engana, o mapa que está no *site* não é o que está sendo apresentado
245 nesta reunião que, por sua vez, diverge do mapa colocado no Plano Diretor. Disse que as
246 divergências podem não ser importantes aos olhos leigos mas, como no caso do Rio Bonito,
247 na área de aproximadamente seiscentos metros que era rural e agora passou a ser urbana,
248 para efeito de território significa muito, em termos de valor de terra, forma de ocupação e de
249 estrutura da cidade. Sérgio disse acreditar ser muito que se tenha uma definição mais clara,
250 e que se agora há um mapa final, este pode e deve ser discutido, para que se confira a
251 proximidade entre o enunciado dos conceitos e o mapa, e portanto considera muito
252 pertinente essa discussão. Em seguida Sérgio falou sobre as áreas que estão num processo
253 de ocupação porque não foram fiscalizadas, e que essa falta de fiscalização é uma
254 deficiência histórica de Joinville e compromete nosso futuro, pois a falta de controle sobre a
255 ocupação do território acontece desde mil novecentos e setenta, quando começamos a
256 invadir os mangues e o território rural. Quanto ao perímetro urbano, Gollnick disse que é
257 importante que se mensure, seja em metragem quadrada ou outra medida, para comparar o
258 perímetro de hoje com o do futuro, comparando os territórios que sofrerão influência e os
259 resultados dessas influências. Considerou as atuais áreas de expansão, que não tem água
260 potável nem esgoto (que a própria cidade não tem). Disse que cabe a esse fórum esse
261 debate, e ao Ippuj fornecer os elementos necessários para a compreensão desses estudos,
262 desse plano tão importante para a cidade. Disse que todos, independente de sua formação,
263 são em tese inteligentes, e devem contribuir dentro da sua visão de cidade, e é o consenso
264 dessa visão que vai permitir chegar a um denominador comum, que é melhor do que o
265 perder ou ganhar na visão democrática, e que o Presidente do Conselho da Cidade deveria
266 buscar. Luiz Alberto, no uso da palavra, esclareceu que as preocupações do senhor Gollnick
267 tem coerência, mas que há uma questão de tempo, e esses assuntos deverão ser discutidos
268 na elaboração da Lei de Ordenamento Territorial. Comentou também que as questões de
269 planejamento podem variar de cidade para cidade, e que em Curitiba, por exemplo, não há
270 área rural, todo o limite do município é considerado área urbana. Disse ainda que todos os
271 municípios tem seus problemas, que são parecidos independentemente do tamanho da
272 cidade, e que é importante avançar no debate. Disse também que não é a lei que garante
273 uma cidade. Se fosse assim, poderíamos copiar e implantar o melhor plano diretor, da
274 melhor cidade do mundo, e afirmar que a partir daí Joinville não teria mais problemas. Luiz
275 Alberto disse ainda que o planejamento é um instrumento, mas é na ação política que se
276 garantem as coisas. É na eficiência da fiscalização e no dar oportunidade para que as
277 pessoas morem com dignidade, para que não venha a acontecer o que aconteceu no Rio de
278 Janeiro, em que as vítimas são duplamente vitimadas, pois se acredita que a culpa é deles
279 por morarem lá, no morro, pois há uma política de exclusão social legitimada, e agora se faz
280 uma política de terrorismo humano, "Pessoal, aqui vocês não podem ficar porque estamos
281 salvando a vida de vocês". Disse que esse é um debate importante, e que queremos fazer,



REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

282 mas no momento oportuno. A Lei de Ordenamento vai ser na lupa, serão feitos ajustes, e
283 com esses as linhas que foram definidas agora tem que se ajustar também. Luiz Alberto
284 repetiu que debater o macrozoneamento é inoportuno, não por desmerecer sua importância,
285 mas porque temos que zelar pela forma como Joinville optou dividir seu território, e porque
286 será necessário unir forças e inteligências para que no próximo momento, na Lei de
287 Ordenamento, seja definido o que pode e o que não pode em cada área, pois esse debate
288 vai começar do zero e é lá que será feito o ajuste fino. É nessa Lei de Ordenamento que
289 iremos definir que cidade queremos. Nós temos que dar um passo adiante, o que não
290 significa que o que está sendo definido aqui é intocável. Com os instrumentos que o
291 conselheiro Luiz Constante falou, e só assim, teremos a garantia, ou ao menos mais uma
292 ferramenta do Estatuto da Cidade, para construir uma cidade mais justa. E a justiça social
293 depende de uma política macro do país, pois enquanto não tivermos um país mais justo,
294 vamos continuar tendo gente morando no mangue, gente invadindo morros, gente que não
295 tem dinheiro para pagar a passagem do ônibus. Todas essas contradições. Luiz Alberto
296 reforçou seu pedido de que os presentes entendam que o que está representado aqui é uma
297 lei importante, que faz parte do Plano Diretor, e que depois vem outra lei, e que esta foi a
298 opção do Plano Diretor de Joinville. O senhor Sérgio Gollnick disse que este foro não é para
299 responsabilizar ninguém, mas para debater os assuntos, e que existe um hiato entre a
300 formulação das diretrizes e os instrumentos, que não foi preenchido "porque o governo
301 anterior não quis, e esse está se aplicando em fazer". Disse que estamos remendando o
302 Plano Diretor para ajustar aos interesses específicos em vez de nos dedicarmos à implantar
303 os instrumentos, que pela própria lei do Plano Diretor tem prazo, e este está vencido. Disse
304 que é importante que os membros do Conselho saibam disso, leiam o Plano Diretor e
305 entendam os conceitos. Disse que há divergências, e que os mapas do Instituto de
306 Planejamento deveriam estar mais claramente próximos dos conceitos discutidos nas
307 oficinas, nas quais, lembrou, a maior representação foi dos movimentos populares, e as
308 discussões eram permeadas pelos assuntos expostos pelo Presidente Luiz Alberto. Disse
309 que a questão não é discutir se o Plano tem ou não valor, e sim apropriar o plano dentro dos
310 conceitos que, a seu ver, ao serem colocados no mapa foram se alterando com o tempo. A
311 conselheira Irma Kniess, da Câmara Comunitária de Promoção Social, disse que só se ouve
312 falar em terra, morro, mas nada sobre a população que vai morar nessa extensão. A Câmara
313 da qual participo se preocupa com a promoção social, e é onde as mazelas vão aparecendo.
314 Mas não discutimos isso. Discutimos o território. Porque a terra vale, o dinheiro vale. Nunca
315 discutimos como a população, o homem, a mulher, os habitantes se sentem. Nunca
316 discutimos se temos uma boa qualidade de vida em Joinville, e isso deve ser discutido
317 também. A conselheira comentou que há quarenta anos atrás ouviu um engenheiro falar que
318 o Rio de Janeiro iria "pagar caro" pelo que estavam fazendo, referindo-se aos deslizamentos
319 de terra, e disse que em Joinville será a mesma coisa, que há dois anos atrás, e há quinze
320 dias atrás, nós tivemos essa lição e temos que pensar nisso. Disse que temos que pensar
321 nas milhares de pessoas que em Joinville estão sem moradia, sem espaço, sem lugar. Disse
322 compreender a necessidade de tratar sobre o zoneamento, mas que devemos pensar o
323 homem dentro disso tudo. Temos que pensar numa cidade em que caibam todos.
324 Aproveitando o momento, Sérgio Gollnick comentou que o tema é importante, e que no
325 Plano Diretor os Setores Especiais de Interesse Social, "SEIS", foram discutidos e
326 posicionados ao longo do sistema viário, e que é uma falha que essas SEIS não tenham
327 sido representadas nos mapas, pois o atendimento aos excluídos é um dos temas centrais
328 do Plano Diretor. O conselheiro José Laércio Escodel, no uso da palavra, fez uma reflexão
329 sobre o plano de fundo de toda essa discussão, lembrando que Joinville hoje está muito

F. Sady



PREFEITURA DE JOINVILLE

**Fundação Instituto de Pesquisa e
Planejamento para o Desenvolvimento
Sustentável de Joinville**



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE

REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

330 diferente do que era quando chegou à cidade, em mil novecentos e setenta e sete. Disse
331 que na época havia uma questão que estava se avolumando, pois algumas empresas da
332 cidade precisavam de muita mão de obra, e como não tinha na cidade, essas empresas
333 buscavam essas pessoas em outras regiões. Quando chegou a crise, essas pessoas foram
334 todas jogadas pra fora da empresa. Simplesmente não serviam mais. Elas, porém, não
335 tinham um salário que lhes desse condições de comprar seu lote. Como desemprego, essas
336 pessoas foram para o mangue, para os morros e beiras de rios. Ou compraram terreno na
337 área rural porque, como não existia uma política consistente de assentamento do homem na
338 terra, havia loteamentos clandestinos e baratos. Para Escodel, essa é a discussão que deve
339 ser feita. A cidade não pode ser só de uns poucos que podem. Disse que ao longo dos anos
340 viu serem construídos alguns blocos de apartamentos da Cohab, mas as pessoas que
341 vieram produzir naquelas empresas não tinham condições de comprar aquelas casas,
342 porque era necessário ter salário fixo, uma condição de garantir que poderia pagar a sua
343 casa em vinte anos. Escodel disse que quem tinha acesso a essas casas eram os
344 funcionários públicos, e às vezes a escolha dessas casas era feita de forma promíscua.
345 Disse que o objetivo hoje é fazer uma cidade para que seja de todos. Disse também que
346 quem fazia o loteamento a dez ou vinte quilômetros do restante da cidade também tinha
347 terras mais centrais, que se valorizariam porque a Prefeitura levaria asfalto e linha de
348 ônibus, e conseqüentemente iria valorizar a terra mais central. Quando se estabeleceu o
349 Estatuto da Cidade comemoramos, pois iria "dar uma clareada". Mas como é difícil colocar
350 essas coisas em prática. Os interesses são muito fortes. Perdemos tempo se ficarmos
351 discutindo questões de conceito e nomenclatura. O importante é que nós cumpramos o
352 Plano Diretor que, "se não é o melhor, mas ele está aí". O Conselho da Cidade foi instalado,
353 e foi difícil de instalar. Houve muita discussão. Agora, discutir para adequar o que estiver
354 inadequado, e entrar com processo inconstitucionalidade se algo estiver fora da lei. Não
355 podemos ficar brincando. Essa é uma questão muito séria "que deve ser discutida, mas com
356 seriedade, e não a cada semana querer mudar porque os meus interesses não foram
357 contemplados". O conselheiro Eduardo Gineste Schroeder comentou que o Plano Diretor
358 tem várias diretrizes tradicionais, que são aplicáveis a qualquer cidade, e está surpreso de
359 que hoje a discussão tenha voltado quase que exclusivamente a entendimentos estruturais e
360 que as questões relacionadas ao homem não foram mais tocadas. Disse ter participado
361 diretamente da lei de uso do solo, trabalho precedido por um estudo bastante aprofundado
362 em todos os sentidos urbanos e esquemas que compõem a lógica urbana. Disse não ter
363 visto até o momento esses princípios, que mexem com o sistema viário, o meio ambiente e a
364 habitação. Se estamos passando para a nova etapa, que é basicamente a definição do uso
365 do solo, ele não pode ser estabelecido sem que tenhamos essas linhas definidas, o projeto
366 de cidade que queremos, com os vetores de cidade, para onde que a cidade vai, para onde
367 a cidade não vai, e porque não vai. Comentou que quando fizeram a lei de uso do solo esta
368 foi conseqüência de uma série de discussões, e a lógica foi alterada, e bastante, na Câmara
369 de Vereadores, onde basicamente trinta por cento do que se pretendia foi alterado. Disse
370 que essas situações dos sistemas urbanos, seus impedimentos e limitações, devem estar
371 presentes nas discussões para redirecionar os debates. A lei do uso do solo avançou
372 também na área rural de uma maneira bastante pioneira, já em noventa e seis, e temos hoje
373 o uso do solo na área rural, existe um documento nosso de uma maneira bastante
374 inovadora. O presidente Luiz Alberto agradeceu a intervenção do senhor Eduardo, e
375 aproveitou para lembrar que as sete Câmaras Setoriais do Conselho da Cidade representam
376 as sete estratégias do Plano Diretor, e que a responsabilidade de elaborar diretrizes e
377 discutir a cidade que nós queremos passa pela função do Conselho da Cidade. Talvez nas



REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

378 Câmaras as coisas ainda não estão acontecendo como a gente gostaria ou como se previu.
379 Como exemplo, a Câmara de Promoção Social deve discutir o eixo da promoção social do
380 desenvolvimento da Cidade, definir o que vai nortear a cidade do ponto de vista da
381 promoção social; o mesmo acontece com a Câmara de Integração Regional, do Ambiente
382 Natural, do Ambiente Construído, da Mobilidade e Acessibilidade, da Promoção Econômica
383 e da Estruturação e Ordenamento Territorial. “Não tem prato feito”, disse Luiz Alberto. “Nós
384 estamos construindo”. Comentou sobre a Lei de Ordenamento Territorial 27/96, que foi
385 aprovada após cinco anos de discussão, com duas câmaras, uma de habitação e outra de
386 urbanismo, que discutiam dois dias por semana. O Conselho da Cidade se reúne uma vez
387 por mês. É um desafio, mas agora depende dos coordenadores e dos integrantes de cada
388 câmara fazer essa contribuição. Nós já demos essa diretriz para todas elas, para que
389 utilizem como base do debate o capítulo do Plano Diretor referente a cada Câmara. Há
390 assuntos que vão entrando, como o Estudo de Impacto de Vizinhança e a Lei de Calçadas,
391 que tomam também o tempo das Câmaras. Talvez a gente tenha que criar, a partir desse
392 próximo momento, uma outra metodologia que ajude na estruturação das discussões. Uma
393 coisa deve ficar clara: no momento de elaboração da Lei de Ordenamento Territorial haverá
394 debates, oficinas e audiências públicas. A Lei de Estruturação Territorial, repetiu, estava na
395 Câmara de Vereadores desde setembro de dois mil e oito. Nós podemos reabrir o debate,
396 como está sendo feito agora. Só que Os vereadores e a sociedade vão fazer uma pressão e
397 dizer se quer aquilo ou não quer. Mas, reforçou Luiz Alberto, por trás disso não há uma
398 discussão técnica, e sim de processo político. Se nós queremos fortalecer também a
399 democracia, temos que pensar também que, embora não tenha sido “como a gente
400 esperava”, nós podemos corrigir no próximo passo. A Lei de Ordenamento Territorial vai
401 possibilitar todos esses ajustes. Quanto à questão das nomenclaturas, para mudá-las será
402 necessário voltar ao debate da lei 261, porque não podemos ter o Plano Diretor dizendo uma
403 coisa e a lei que regulamenta o Plano Diretor dizendo outra. O pessoal do Ippuj está lá, de
404 manhã e de tarde, trabalhando nessas coisas e cuidando de outras também na cidade, não
405 temos o dia todo para cuidar somente dessa questão. E queremos realmente ir para frente.
406 Não há maniqueísmo e nada temos a esconder. Desde o ano passado o Ippuj tem aberto
407 seus arquivos para o Ministério Público e para quem quiser. O Conselho da Cidade vai ter
408 que contribuir, as Câmaras Setoriais vão ter que contribuir na definição da cidade que nós
409 queremos e podemos ter. Ato contínuo, a conselheira Maria Salete disse sentir a ausência
410 do grupo que participou das discussões sobre o Plano Diretor, e que as muitas entidades
411 que participaram dessa discussão tiveram uma razão para definir essas macrozonas. Como
412 “tarefa de casa” disse que irá se reunir com essas pessoas para entender o porque se
413 chegou nessas macrozonas, que dão uma direção do que teria em cada espaço desses, e
414 agora cabe ao Conselho da Cidade, cada um na sua câmara, discutir o “como” cada
415 macrozoneamento será ocupado. Temos que pensar muito, e temos que pensar nas
416 pessoas. Primeiro se define o que pode e o que não pode, o como pode nós temos que
417 discutir agora num segundo momento. Maria Salete disse estar de acordo que, se dissermos
418 que tudo aquilo que foi discutido não tem validade nenhuma, nós corremos o risco de aqui a
419 dois anos outras pessoas que estejam aqui no nosso lugar fazerem a mesma coisa com
420 aquilo que decidirmos hoje também. Temos que ter prudência ao definir o que se quer da
421 cidade, principalmente quanto àquilo que já foi discutido e definido, e temos que avançar um
422 pouco também, “se não a gente gira, gira, gira, e não sai do lugar”, “quer uma cidade perfeita
423 mas não se anda nunca”. Enquanto essa questão não estiver definida, estamos
424 possibilitando que cada vez mais as pessoas ocupem lugares não projetados, estudados e
425 definidos. No uso da palavra, Rosana Barreto martins disse que o presidente do Conselho

9
F. Rosana



REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

426 da Cidade está "sendo estrangulado", o que a preocupa, pois no lugar importante que está,
427 como Presidente do Conselho da Cidade e como Presidente do Ippuj, é necessário estar
428 "com o pescoço livre". Disse que ficou preocupada ao ouvi-lo falar sobre interesses, pois o
429 Estatuto da Cidades preconiza uma cidade de todos, e entende que interesses não são o
430 todo, são pontuais. Rosana disse que esteve no meio dessas discussões, e que tudo isso
431 deve voltar a ser discutido. Comentou também sobre o pedido do Presidente do Conselho
432 para que as Câmaras Setoriais analisem a minuta da lei do EIV, Estudo de Impacto de
433 Vizinhança, e disse que as Câmaras têm papéis importantíssimos, mas essa discussão tem
434 que ser muito aberta, pois se queremos uma cidade de todos, e é linda essa palavra, será
435 que conseguiremos? De que forma? Rosana disse sentir que Joinville está "na virada", ou se
436 conserta agora ou se perde. A conselheira Viviani Bittencourt Marques, da Câmara
437 Comunitária de Promoção Social, comentou que para entender a questão dos interesses,
438 basta acompanhar as discussões nas Câmaras. A última ata que eu me lembro tinha um
439 parágrafo que me chamou muita atenção, falando dos loteadores preocupados em ter que
440 vender lotes com infraestrutura, pois quem deveria pagar a infraestrutura é a Prefeitura, é a
441 população. Eles ganham dinheiro, o povo paga, e paga também para comprar os terrenos, e
442 isso é um jogo de interesses. Luiz Alberto comentou que o debate é bastante polêmico e
443 complexo, e que não se esgota. Disse que todos estamos envolvidos nessa questão dos
444 interesses, não adianta fazer de conta que eles não existem, pois existem, são justos e
445 legítimos. Cada um quer defender o seu interesse ou o interesse de uma categoria, e isso
446 faz parte do processo da democracia. Nós precisamos amadurecer o processo democrático
447 de forma que o interesse coletivo se sobreponha ao interesse individual, princípio que está
448 na nossa Constituição. Mas isso é difícil, porque nós somos uma democracia recente, que
449 está engatinhando, que de vez em quando é golpeada e ceifada de diversas maneiras.
450 Todos nós, assumimos a "mea culpa". Temos uma condução política nesta gestão, podemos
451 estar certos ou não, estamos sujeitos a erros e acertos. Seremos julgados também, como
452 outras administrações o foram, e as pessoas que já participaram da gestão pública sabem
453 do que eu estou falando. Mas só erra quem faz. Quanto à Lei de Estruturação Territorial, não
454 é "goela abaixo", mas se ajustes forem feitos, deverão ser discutidos pela Câmara de
455 Vereadores, vamos debater na esfera política também. O importante é que a cidade ganhe.
456 Que ganhe a população. Isso é o mais importante. Mas nós vivemos num sistema onde não
457 há distribuição igual de forças, e a própria Câmara de Vereadores é reflexo disso. E é justo.
458 As pessoas que estão lá foram eleitas pela população. E é um jogo, durante quatro anos vai
459 ser assim. O compromisso que eu posso ter aqui com vocês, de forma franca, é esse, nós,
460 do Ippuj, estamos afirmando que o que está aqui é fruto de um processo anterior de
461 discussão. Se tiver sido feita alguma alteração que pode ser relevante, vamos verificar, mas
462 vai ter um momento no futuro em que a discussão vai ser lote a lote, "na lupa". Todos vão
463 querer saber o que a cidade está prevendo para a sua rua. Luiz Alberto comentou sobre o
464 atual problema dos condomínios empresariais, pois no Perini Business Park, por exemplo,
465 não é possível instalar um *call center* porque a lei não permite. Em algum momento foi
466 decidido assim, "isso pode, isso não pode, isso só pode até aqui". Talvez alguém considere
467 isso justo, pois já que é um condomínio de indústria só pode indústria. Mas uma indústria
468 precisa de *call center* e de banco, por exemplo. No caso do condomínio da Ajorpeme
469 teremos que fazer uma lei específica. Nossa intenção era fazer tudo isso na nova lei de
470 ordenamento, mas teremos que fazer de novo leis específicas antes, para atender, senão a
471 cidade para. De que forma podemos saber quando teremos de novo a possibilidade de fazer
472 a lei de ordenamento territorial? Para dois mil e dez, pelo andar da carruagem, já está
473 ficando difícil, pois é ano eleitoral. Será que a Ajorpeme pode esperar até o próximo



REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

474 ano? Ou cruzamos os braços, ou arregaçamos as mangas e enfrentamos. E temos que
475 enfrentar, porque é de interesse coletivo, pois gera emprego e renda, e é com os impostos
476 que poderemos fazer mais ruas e mais casas. E vamos debater com a Câmara de
477 Vereadores e com a sociedade. E não é chantagem quando falamos sobre a questão do
478 tempo, não estamos pressionando. Se a Lei de Estruturação Territorial demorar mais um
479 ano para ser aprovada, tudo bem, mas não podemos parar a cidade, porque outras coisas
480 têm que ser decididas também. É realmente complicado e complexo. No final de sua fala, o
481 Presidente agradeceu a presença de todos, colocando-se e ao Ippuj à disposição, e disse
482 que o debate continuará acontecendo nas Câmaras setoriais, agora com um panorama
483 melhor. Às dezenove horas e vinte minutos o Presidente do Conselho da Cidade deu por
484 encerrada a reunião. Nada mais havendo a relatar, eu, Patrícia Rathunde Santos, Secretária
485 Executiva do Conselho da Cidade, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo presidente,
486 por mim e pelos conselheiros presentes. Joinville, quatorze de abril de dois mil e dez.

Luiz Alberto de Souza
Presidente do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos
Secretária Executiva do Conselho da Cidade



REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

Assinatura dos conselheiros presentes

I – CÂMARA COMUNITÁRIA DE PROMOÇÃO ECONÔMICA			
PODER PÚBLICO		SOCIEDADE CIVIL	
TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
- ausente - Maria Ivonete Peixer da Silva	- ausente - Celso Pomin Liberado	- ausente - Mário Cezar Aguiar	- ausente - José Roberto Pereira
I - Entidades Empresariais			
- ausente - Charles Narloch	- ausente - Fábio Vieira de Oliveira	- ausente - Marcos Boettcher	VAGO
II - Entidades de trabalhadores			
- ausente - Raulino João Schmitz	- ausente - Juliana Filippe	- ausente - Wesley Masterson Belo de Abreu	- ausente - Raul Landmann
III - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa			
- ausente - Alsione Gomes de Oliveira Filho	- ausente - Alberto Jorge Francisco	- ausente - Gean Marcos Dombroski Corrêa	- ausente - Juliana Corrêa Godoy
IV - Organizações não Governamentais (ONG's)			
- ausente - Rocheli Grendene	- ausente - Viviane Schumacher Bail	- ausente - José Laércio Escodel	- ausente - Aime Maria Czarnobay
V - Movimentos Sociais			



REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

Assinatura dos conselheiros presentes nesta reunião

2 – CÂMARA COMUNITÁRIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
PODER PÚBLICO		SOCIEDADE CIVIL	
TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
- ausente - Silvestre Ferreira	- ausente - Manoel de Medeiros Machado	- ausente - Rudi Soares	- ausente - Mauro Berger
I - Entidades Empresariais			
Rogélio Paulino Luetke	- ausente - Luiz Carlos da Silva Januário	- ausente - Carlos Alberto Lessa	VAGO
II - Entidades de trabalhadores			
- ausente - Claudia Valéria Lopes Gabardo	- ausente - Rita de Cássia de Almeida Chagas Fernandes	- ausente - Eduardo Miers	- ausente - Giane Bracelo Luetke
III - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa			
- ausente - Juliana Rocha Alcântara	- ausente - Silvano Ribeiro	- ausente - Lenin Peña	Irma Kniess
IV - Organizações não Governamentais (ONG's)			
- ausente - Maria Teresa Soares	Viviani Bittencourt Marques	- ausente - Rosinete Fátima Ferreira Neto	- ausente - Pedro Johnni Dias Júnior
V - Movimentos Sociais			

fact



REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

Assinatura dos conselheiros presentes nesta reunião

4 – CÂMARA COMUNITÁRIA DE QUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUIDO			
PODER PÚBLICO		SOCIEDADE CIVIL	
TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
- ausente - Marta Regina Heinzelmann	- ausente - Fárida Mirany de Mira	Francisco Mauricio Jauregui	Mário Eugênio Boehm
I - Entidades Empresariais			
Renato de Souza Godinho	- ausente - Francisco João de Paula	- ausente - Renério Elias Leite Neto	Jonas Fernandes Klug
II - Entidades de trabalhadores			
- ausente - Gilberto Pires Gayer	- ausente - Giana May Sangói	Rosana Barreto Martins	- ausente - Ilanil Coelho
III - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa			
- ausente - Nilzete Farias Hoenicke	- ausente - Águida Regina Felício de Campos	- ausente - Ivandro de Souza	- ausente - Franklin Urresta Orbe
IV - Organizações não Governamentais (ONG's)			
- ausente - Maria Cláudia Lorenzetti Corrêa	- ausente - Thalles Vieira	- ausente - Lauri do Nascimento	- ausente - Alexsandra Turnes de Souza
V - Movimentos Sociais			



REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

Assinatura dos conselheiros presentes nesta reunião

5. CÂMARA COMUNITÁRIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL			
PODER PÚBLICO		SOCIEDADE CIVIL	
TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
- ausente - Eduardo Dalbosco	- ausente - Ivana Maria Pereira Fernandes	- ausente - Udo Döhler	- ausente - Gilberto Guilherme Boettcher
I - Entidades Empresariais			
Luiz Antônio Luz Constante	- ausente - Jizelle Caroline do Nascimento	- ausente - João Batista Souza	VAGO
II - Entidades de trabalhadores			
Rodrigo Fallgatter Thomazi	- ausente - Vanessa C. Vezke Falk	- ausente - Dieter Neermann	- ausente - Paulo Ivo Koehtopp
III - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa			
- ausente - Rosimeri Comandolli	- ausente - Iraci Seefeldt	- ausente - Roque Antônio Mattei	- ausente - Christiane Schramm Guisso
IV - Organizações não Governamentais (ONG's)			
- ausente - Adriano Stimamiglio	- ausente - Cristovão Petry	- ausente - Jordi Castan Bañeras	- ausente - Josué Leal Dias Júnior
V - Movimentos Sociais			



REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

Assinatura dos conselheiros presentes nesta reunião

6. CÂMARA COMUNITÁRIA DE ESTRUTURAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL			
PODER PÚBLICO		SOCIEDADE CIVIL	
TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
- ausente - Ariel Arno Pizzolatti	- ausente - João Gilberto Damasceno	- ausente - Jorge Arnaldo Laureano	- ausente - João Tadeu Moreira
I - Entidades Empresariais			
Valsoni Celestino	- ausente - Celso Voos Vieira	- ausente - Rolando Isler	Vacância
II - Entidades de trabalhadores			
- ausente - Marcos Odainai	Lourdes Thomé	- ausente - Henrique Chiste Neto	- ausente - Rogério Novaes
III - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa			
- ausente - Fabiano Lopes de Souza	Eduardo Gineste Schroeder	Eulivia Fleith Comitti	- ausente - Roberto Antônio de Araújo Silva
IV - Organizações não Governamentais (ONG's)			
Gilberto Lessa dos Santos	- ausente - Amarílis Laurenti	Arno Ernesto Kumlehn	- ausente - Fernando Humel Lafratta
V - Movimentos Sociais			



REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS DO CONSELHO DA CIDADE

Assinatura dos conselheiros presentes nesta reunião

7. CÂMARA COMUNITÁRIA DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE			
PODER PÚBLICO		SOCIEDADE CIVIL	
TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
- ausente - Valderi Ferreira da Silva	- ausente - Joerg Kaulich	- ausente - José Raulino Esbiteskoski	- ausente - Anderson Perin de Jesus
I - Entidades Empresariais			
- ausente - Eduardo Bartniak Filho	- ausente - Charles Henrique Voos	- ausente - Alcides Antônio Bertoli Júnior	- ausente - Marcos Antônio Joriatti
II - Entidades de trabalhadores			
- ausente - Sérgio Luiz Ceslestino da Silva	- ausente - Fabiane Suel de Borba	- ausente - Emerson Siqueira	- ausente - Eneida Fernandes Barbosa Arraes
III - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa			
- ausente - Vladimir Tavares Constante	- ausente - Marcel Virmond Vieira	- ausente - Vanderlei Pedro Quintino	- ausente - Mário César Mendes de Sant'Ana
IV - Organizações não Governamentais (ONG's)			
- ausente - Rosicler Ravache	- ausente - Rodrigo João Fachini	- ausente - Marcos Fortes Santos de Bustamante	- ausente - Cléia Aparecida Clemente Giosole
V - Movimentos Sociais			

Joinville, 14 de abril de 2010